

O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E A CRISE DO LIBERALISMO: OS CASOS DE ESTUDO PORTUGUÊS E BRASILEIRO

JOANA DIAS PEREIRA**

RESUMO

Os países periféricos de industrialização tardia raramente são considerados nas análises comparativas referentes à formação da classe operária. A difusão do *Sindicalismo Revolucionário* – que está na base da autonomização do movimento organizativo e reivindicativo dos trabalhadores portugueses e brasileiros – insere uma conjuntura histórica excepcional, sobressaindo paralelos muito significativos entre os dois contextos nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Difusão do *Sindicalismo Revolucionário*; movimento autónomo dos trabalhadores; crise do liberalismo; Portugal; Brasil.

ABSTRACT

The late industrializing peripheral countries are rarely considered in the comparative analysis related to the formation of the working class. The spread of Revolutionary Syndicalism - which is the basis of empowerment of organizational and claiming movement of Brazilian and Portuguese workers – brings up an exceptional historical juncture, where very significant parallels stands out between the two national contexts.

PALAVRAS-CHAVE: Diffusion of Revolutionary Syndicalism, independent movement of workers; crisis of liberalism, Portugal, Brazil.

A história do movimento operário tem um carácter iminente transnacional. Desde que os trabalhadores tomaram *consciência de si e para si* que o internacionalismo se destacou como um dos seus mais caros postulados. As vitórias e as derrotas das suas lutas, as doutrinas de emancipação social que influenciaram as suas organizações, as conquistas revolucionárias galgaram fronteiras e fizeram estremecer as classes dominantes.

Muito embora o enquadramento nacional tenha vindo a marcar a historiografia tradicional sobre a formação da classe operária, os movimentos de fluxo e refluxo do movimento reivindicativo têm ignorado

* Investigadora do Instituto de História Contemporânea. Mestre e doutoranda na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

os limites administrativos. O mapeamento desses levantamentos também não se define pelos contornos fronteiriços.

São identificadas especificidades na experiência concreta de cada comunidade operária, mas também importantes analogias que têm justificado a proliferação de estudos comparativos – uma linha de investigação que tem dado consideráveis frutos. A partir dos anos setenta reuniram-se nos mesmos volumes casos de estudo franceses, italianos, alemães e norte-americanos – Charles Tilly, Louise Tilly e Richard Tilly, *The Rebellious Century: 1830-1930*, 1975; James Cronin, Carmen Sirianni et al., *Work, Community and Power*, 1983; Ira Katznelson, Aristide R. Zolberg et al., *Working-Class Formation*, 1986; AAVV, *Strikes, social conflict and the First World War An international perspective*, 1992, entre outros.

No entanto, Portugal e o Brasil raramente são tidos em consideração nestas abordagens comparativas, não obstante apresentarem significativos paralelos com outras realidades nacionais. Este artigo resulta da comparação dos dados de uma investigação levada a cabo no âmbito de uma tese de mestrado, sobre a evolução ideológica do movimento operário durante a I República portuguesa com os dados de um conjunto de teses realizadas no Brasil sobre a mesma temática.

Os pressupostos teóricos que estão na base deste estudo são essencialmente os que Thompson inaugurou, defendendo a ideia de classe como um conceito histórico, «um acontecimento». Neste sentido, e considerando a sua advertência – «a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise se tentarmos imobilizá-la num determinado momento e dissecar a sua estrutura [...]». Se determos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um conjunto de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais observaremos padrões nas suas relações, nas suas ideias e instituições»¹ – privilegia-se o enquadramento histórico da difusão do sindicalismo revolucionário, um processo que consideramos estar na base da autonomização do movimento operário, particularmente nos países periféricos.

É necessário sublinhar que os estudos comparativos supracitados assentam exactamente nestes esteios teóricos, desenvolvendo uma linha de investigação com resultados surpreendentes. De facto, o máximo denominador comum identificado entre as diferentes evoluções conjunturais vem sustentar a concepção de um padrão na experiência da classe operária.

¹ E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. t. 1: A árvore da Liberdade. p. 9-12.

A EMERGÊNCIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Nos finais do século XIX, no meio sindical francês, surge uma nova doutrina – o *Sindicalismo Revolucionário*. Esta nova corrente, que hegemonizará o movimento operário de vários países, apresenta-se como um programa mínimo de acção sindical, tendo por objectivo reunir o operariado numa única organização, independentemente da sua tendência política ou credo religioso. Todavia, a autonomização do sindicalismo face a partidos e ideologias nasce sobretudo da oposição à tática reformista imposta pelos socialistas.

Segundo esta nova concepção da luta de classes, a acção directa dos trabalhadores contra o patronato e o Estado conquistaria regalias imediatas, mas também teria uma componente pedagógica. No decorrer da luta, o operariado organizado tomaria consciência da sua força e compreenderia que podia gerir a sociedade em seu proveito, através das associações de classe. O futuro seria a gestão sindical. Adoptando e adaptando postulados marxistas e libertários, esta doutrina conciliará socialistas, acratas e sindicalistas puros, alcançando a hegemonia em muitas associações de classe por todo o mundo ocidental.

A Confederação Geral do Trabalho francesa foi o ponto de irradiação do Sindicalismo Revolucionário e os seus principais teóricos sublinham as particularidades do contexto nacional, favoráveis ao seu desenvolvimento. Segundo estes, a precedência da revolução republicana terá permitido ao proletariado francês decepcionar-se com o parlamentarismo e com a parlamentarização dos Partidos Socialistas antes dos seus camaradas além fronteiras.

Admitindo que a implementação do regime parlamentar permitiu, mais que os regimes anteriores, a oposição ao poder e o exercício das liberdades individuais e colectivas, convenceram-se, no entanto, de que só as instituições exclusivamente operárias tinham a capacidade de fazer a democracia avançar para um novo estágio de emancipação integral.

Diversos autores têm vindo a apontar a *Carta de Amiens* de 1906 como a cartilha que o sindicalismo português seguiu durante a Primeira República Portuguesa. Contudo, Delesalle mostra, através das resoluções dos congressos anteriores, que este texto é apenas o culminar de um percurso iniciado em França em 1879.² O congresso de

² Os acontecimentos em França antecederam os portugueses. As ideias que penetraram em Portugal no início do século XX desenvolviam-se em França desde 1895, quando é fundada a Confederação Geral do Trabalho em França, no Congresso de Limoges, exigindo que “Os elementos que constituem a Confederação deverão conservar-se fora de todas as escolas políticas”. A *Carta de Amiens* apresenta apenas algumas emendas em

1906 vem sintetizar os princípios norteadores da CGT francesa, que lhe permitiram filiar cerca de 600.000 trabalhadores.³

A Confederação era constituída pelas Federações de Indústria e pelas Bolsas de Trabalho ou União locais. Esta dupla obrigação de agrupamento local e nacional foi designada de Unidade Operária e é a base da organização. Tal estrutura apresenta um duplo significado do ponto de vista da evolução ideológica, que se irá reflectir no movimento operário português e brasileiro. A organização por federações de indústria preferencialmente aos sindicatos de ofício procura romper com o corporativismo tradicional e estimular a solidariedade operária, um dos traços distintivos desta doutrina. As bolsas de trabalho (que se ocupam de tudo o que respeita à administração sindical – organizando periodicamente estatísticas da produção em França, do consumo, da falta de trabalho, etc.) e a educação moral dos trabalhadores procuram complementar o terreno da luta estritamente económica, comprovando a dimensão pedagógica do sindicalismo que tinha por objectivo preparar a sociedade futura.

A autonomia das organizações no seio da CGT é outra das características fundamentais do Sindicalismo Revolucionário que os portugueses e brasileiros irão absorver. A única obrigação, tanto para as bolsas de trabalho como para as federações, é entregar os seus estatutos para aceitação à confederação.⁴ A autonomia das organizações é complementada pela liberdade individual de cada sindicado.

No que respeita aos seus objectivos, a CGT pretende alcançar melhorias parciais nas condições de vida dos trabalhadores, que no entanto servem para aumentar a sua força, a sua resistência e os seus meios de luta para alcançar o fim último – “o desaparecimento do salário e do patronato”.⁵ Os meios na luta quotidiana não são dogmáticos, adaptam-se às situações. Porém, obedecem a alguns princípios incontornáveis, nomeadamente o da acção directa, ou seja, a acção autónoma – “luta sobre o verdadeiro e único terreno de classe, explorados contra exploradores sem interpostas pessoas”. A acção directa contempla a greve, o boicote e a sabotagem.

Todavia, “foi necessário à classe operária prever por que meio supremo lhe será possível atingir um dia o fim” – esse meio será a

relação às resoluções dos Congressos de Lyon de 1901 e de Montpellier de 1903. (Paul Delesalle, *A Confederação Geral do Trabalho*: história, constituição, fins, meios, p. 6).

³ Paul Delesalle, op. cit., p. 29-30.

⁴ Segundo Delesalle, “Esta leve fiscalização restritiva é como medida de precaução, para evitar que possam introduzir-se na Confederação organizações mistas, compostas de operários e patrões ou organizações amarelas pagas pelos partidos reaccionários.” (Paul Delesalle, op. cit., p. 18).

⁵ Paul Delesalle, op. cit., p. 21.

Greve Geral. Nesse momento histórico, os trabalhadores conscientemente e em uníssono abandonariam a produção, para só voltarem com o objectivo de produzirem a seu favor e de toda a sociedade, num futuro de «Bem-Estar e Liberdade», *label* da CGT.⁶

A partir destas teses e das obras de referência sobre a temática podemos afirmar que o Sindicalismo Revolucionário actua nas suas organizações de combate – a oficina e os agrupamentos que dela derivam – e organiza a luta do operariado contra a burguesia, negando o poder e a lei. As funções das instituições operárias pretendem negar a necessidade do Estado e do Patronato. A greve e a propaganda da greve geral aniquilam a ilusão da colaboração de classes e da democracia.

O Sindicalismo Revolucionário assenta essencialmente na ideia «fora do sindicalismo não há luta de classes». O operariado tem de entrar em rotura absoluta com a burguesia, não aceitando colaborar politicamente com esta num Partido Socialista, nem perfilhar ideais comuns com os intelectuais libertários. O Sindicalismo Revolucionário é a doutrina exclusiva da classe operária e os sindicatos as suas instituições próprias.

O Sindicalismo Revolucionário rejeita os dogmas e as fórmulas, constituindo-se como uma filosofia da acção: “o mais modesto operário empenhado no combate sabe conduzir-se com mais tacto do que os mais profundos doutrinários de qualquer escola.”⁷

Segundo os seus precursores, nem sociais-democratas nem anarquistas podem, com verdade, reivindicar a paternidade destas ideias, que naturalmente baseiam grande parte dos seus postulados numa e noutra corrente do socialismo. O socialismo parlamentar, quer revolucionário ou reformista, não garante a independência de classe, tornando-se até um “factor constitutivo do estado” burguês e exercendo a colaboração de classe. O socialismo anarquista, esforçando-se essencialmente por realizar a reforma individual através da educação, absorve a ideologia burguesa através “da sua superstição dos livros”.⁸

Para os socialistas que aderiram ao Sindicalismo Revolucionário, este representa o que há de melhor na ideologia que defendem. O sindicalismo francês, na sua opinião, encontrara “d’um modo claro e puro a expressão do que podemos chamar o fim último do socialismo”⁹.

⁶ Paul Delesalle, op. cit., p. 25-28.

⁷ Paul Delesalle, op. cit., p. 11.

⁸ Hubert Lagardelle, *Sindicalismo e socialismo*, p. 6-7.

⁹ O sindicalismo revolucionário tem origem na constatação das classes trabalhadoras, quando confrontadas com a realidade da democracia política: “o partido, organismo essencialmente político e democrático, não é a mesma coisa que a classe; o desenvolvimento do socialismo não se desenvolve pelos meios parlamentares e

Hubert Lagardelle lembra que os anarquistas haviam já feito a crítica do Estado, mas que esta negação abstracta, o dogmatismo antiparlamentar, o apelo à revolta individual, nada tinham em comum com a percepção colectiva das massas, baseada na experiência. Esta aprendizagem efectuou-se na luta concreta, quando os operários tomaram consciência da sua capacidade de pressão, conquistando regalias através da sua acção reivindicativa que estavam a ser debatidas no parlamento havia décadas. Segundo o autor, a classe operária compreendeu assim a eficácia da acção directa sobre o patronato e o Estado.

Desta forma a acção directa é eleita a estratégia primeira do movimento, não constituindo todavia um dogma incontestável. Os sindicalistas, ao exprimirem a vontade de não mais delegar em terceiros o curso das suas vidas, não negam a vantagem das conquistas parciais pela intervenção legislativa do Estado – “o importante é que o proletariado actue directamente, se eduque e se transforme”¹⁰.

Por outro lado, se é comum apresentar Sindicalismo Revolucionário e anarco-sindicalismo como sinónimos, o que é facto é que diversos teóricos libertários procuraram sublinhar as diferenças entre as duas doutrinas. Quando o Sindicalismo Revolucionário atingiu o seu auge e proclamou que «se bastava a si próprio», alguns anarquistas começaram a alertar para os perigos deste entusiasmo. Há inclusivamente anarquistas, como Bertoni, que se afastam do meio sindical, considerando que “as grandes federações ocasionam uma centralização unitária. O funcionalismo prospera. Apenas se tem em vista a organização. A organização torna-se um fim, em vez de um meio. O idealismo revolucionário enfraquece.”¹¹

democráticos.” Em praticamente todos os contextos nacionais conclui-se que o partido constituía um obstáculo ao desenvolvimento do socialismo, e que este apenas poderia frutificar pela acção dos organismos de classe no campo económico e social. Os sindicalistas revolucionários mais próximos das hostes socialistas reclamavam-se “herdeiros do socialismo oficial”. A defesa da autonomia dos sindicatos deriva do conceito de luta de classes, separando o operário do resto da sociedade e tornando-o o único possível condutor da transformação social almejada.

Esta doutrina complementa-se com a vertente pedagógica que insere. Os sindicalistas revolucionários admitem que “este ideal não poderá ser atingido enquanto a classe operária não for suficientemente forte, moral e intelectualmente, para desempenhar as funções que têm sido desempenhadas até agora pela classe burguesa [sic].” (Robert Michels, *O sindicalismo e o socialismo na Alemanha*, in Lagardelle, p. 31; Arturo Labriola, *O sindicalismo e o socialismo em Itália*, in Lagardelle, p. 18-24).

¹⁰ Hubert Lagardelle, op. cit., p. 53.

¹¹ Bertoni chega a defender que “não há de facto nenhuma diferença entre sindicalistas revolucionários e sindicalistas reformistas. Uns e outros reclamam somente reformas.” Alguns anarquistas procuram convencer os trabalhadores que “a acção directa não é suficiente como obra revolucionária se somente se emprega para a conquista de reformas e de vantagens corporativas.” Segundo estes, “a ideologia anarquista é necessária para

Porém, a teorização do Sindicalismo Revolucionário e do anarquismo operário desenvolvem-se quase simultaneamente. Ambos têm raízes no pensamento de Bakunine e seus correligionários da corrente federalista da I Internacional, que por sua vez imprime um carácter marxista às teses de Proudhon e dos socialistas franceses.¹² É de facto nesta assembleia magna que a ideia motriz de uma e outra corrente – anarquismo operário e Sindicalismo Revolucionário – é enunciada: «A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.»

A frase de Karl Marx será interpretada por Bakunine como significando que a prática da luta de classes terá obrigatoriamente de ser uma e apenas uma: “a organização e a federação das caixas de resistência”¹³. Esta ideia será largamente desenvolvida pelo fundador do anarquismo operário, bem como pelos seus partidários, em especial Eugène Varlin,¹⁴ que concebia a luta reivindicativa como uma pedagogia prática, insistindo na necessidade de desenvolver formas de organização que permitissem a máxima participação de todos os trabalhadores. A gestão destas organizações constituiria a experiência e a aprendizagem para gerir, mais tarde, a sociedade e a economia.¹⁵

Com a derrota da Comuna de Paris e o refluxo da ofensiva operária, a maioria dos anarquistas regressam ao individualismo. Todavia, entre as excepções destacam-se Errico Malatesta, teórico por excelência do futuro anarco-sindicalismo, que continuará a defender que é no movimento operário que está a garantia da transformação da sociedade, rumo à anarquia,¹⁶ e Fernand Pelloutier, um dos animadores da nova maré revolucionária francesa da viragem do século.¹⁷

Pelloutier irá sublinhar as semelhanças entre o Sindicalismo Revolucionário posto em prática pela CGT francesa e o anarquismo, na

mostrar que essas reformas são precárias e ilusórias.” (“A conferência de Bertoni em Paris, sobre os sindicatos e a ideia de revolução”, *A Sementeira*, ago. 1910, p. 6-7).

¹² Ver artigos de Bakunine publicados pela *Egalité* em 1869, e reunidos pela *Vie Ouvrière*, em 1914. Da mesma época, a brochura *Ideias sobre a organização social*, de James Guillaume, virá a ser utilizada quer por anarquistas como Luís Fábri para cimentar o anarquismo operário, quer pela corrente sindicalista revolucionária da União Sindical Italiana, para a propaganda da sua doutrina.

¹³ Cit. por Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo*, p. 30.

¹⁴ Louis Eugène Varlin participou na fundação da Sociedade de Socorro Mútuo dos Encadernadores em 1857 e fundou a primeira União de Sindicatos parisienses. Foi assassinado a 28 de maio de 1871, com a derrota da Comuna de Paris, da qual foi membro destacado.

¹⁵ Ver artigos citados por Anselmo Lourenço, *El proletariado militante*, 1974.

¹⁶ Ver Misato Toda, *Errico Malatesta da Mazzini a Bakunin*, 1988.

¹⁷ Ver Fernand Pelloutier; Georges Sorel (pref.). *Histoire des bourses du travail: origine, institutions avenir*, 1902.

sua obra *A União dos Sindicatos e a Anarquia*¹⁸, traduzida e publicada em Portugal em 1910, e será pela mão deste último que os anarquistas irão “retomar impassíveis a tarefa sindical, obscura, mas fecunda”, alertados pela famosa carta aberta que o acrata escreve em 1899, sublinhando o perigo de os sindicatos regressarem ao reformismo.

Contudo, neste mesmo texto está comprovado que ainda antes do regresso libertário ao movimento operário, “os sindicatos têm de há alguns anos para cá uma altíssima e nobilíssima ambição. Julgam ter uma missão social a cumprir e, em vez de se considerarem quer como puros instrumentos de resistência à depressão económica, quer como simples quadros do exército revolucionário, pretendem, além disso, semear na própria sociedade capitalista o germe dos grupos de livres produtores, pelos quais parece dever realizar-se a nossa concepção comunista anarquista.”¹⁹ De facto, como já referimos, nesta data já o Sindicalismo Revolucionário estava a ser posto em prática pela CGT francesa.²⁰

Griffuelhes, secretário-geral da mesma nesta data, perante as apropriações anarquistas e socialistas, explica que o sindicalismo não se liga directamente a nenhuma destas concepções: “O movimento operário é o resultado de uma longa prática, filha muito mais dos acontecimentos que das doutrinas de certos homens”. O Sindicalismo Revolucionário, nascente em França nos finais do século XIX, foi antes “a reacção da classe operária contra a influência deprimente da acção política sobre os sindicatos.”

Segundo o dirigente, esta “doutrina” resultante da acção rejeita elaborações teóricas desligadas da prática, privilegiando os meios de luta exclusivos da classe operária. O desenvolvimento sem precedentes

¹⁸ “Entre a organização sindical que se elabora e a sociedade comunista-anarquista, no seu período inicial, há concordância. Nós queremos que toda a função social se reduza à satisfação das nossas necessidades; o sindicato também o quer, é esse o seu fim, e cada vez ele se emancipa mais da crença da necessidade dos governos. Nós queremos livre acordo dos homens; o sindicato só pode existir expulsando do seu seio qualquer tipo de autoridade e de coacção. Nós queremos que a emancipação do povo seja obra do mesmo povo; a organização sindical também o quer. Cada vez mais ali se sente a necessidade, se exprime o desejo de administrar directamente os interesses próprios; ali germina o gosto da independência e a vontade da revolta; ali se pensa nas oficinas livres onde a autoridade tenha cedido o lugar ao sentimento pessoal do dever; ali se emitem, sobre a tarefa dos trabalhadores numa sociedade harmónica, indicações de uma maravilhosa largueza de vistas, fornecidas pelos próprios trabalhadores.” (Fernand Pelloutier, *A União dos Sindicatos e a anarquia*, p. 15-16.

¹⁹ Cit. por Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo*, p. 35.

²⁰ Segundo Thuillier, foi a ofensiva operária francesa, que culminou na histórica jornada pelas 8 horas no 1º de maio de 1906, que fez regressar “uma grande parte dos elementos libertários aos sindicatos, onde eles fizeram depois bom trabalho”. Cit. por Neno Vasco, *Concepção anarquista do sindicalismo*, p. 38.

do sindicalismo francês resultara apenas “numa série de esforços quotidianos, ligando-se uns aos outros, não por uma continuidade rigorosa, mas unicamente pelo meio e pelo estado de espírito existente na classe operária”²¹.

Como se vê, os sindicalistas revolucionários não se esforçam em formular os seus postulados teóricos, aproximando-se ou afastando-se desta ou daquela escola política. A sua batalha ideológica consiste apenas em guiar o operariado para a luta directa, apartando-o do reformismo e do colaboracionismo.

Segundo os sindicalistas revolucionários, o reformismo consiste em “agruparem-se os operários, para estabelecerem um acordo com o patronato, a fim de o convencerem a conceder algumas satisfações, sem ir de encontro aos privilégios patronais” O sindicalismo independente, ao contrário, proclama “Fora do patronato e contra ele, o movimento deve desenvolver-se e actuar livremente”²².

Por outro lado, enquanto os reformistas consideram a greve nefasta ou um último recurso, os sindicalistas encaram a greve não só com uma arma na luta reivindicativa mas também um exercício pedagógico, preparando paulatinamente a classe para a revolução ou para a greve geral.

Em suma, segundo os seus progenitores, o Sindicalismo Revolucionário é uma doutrina que tem origem na conjuntura criada pela democracia política e, mais concretamente, pela parlamentarização dos Partidos Socialistas. O descrédito da intervenção política dos representantes operários levou o operariado a negar a necessidade de representação.

A negação do Estado e dos partidos políticos foi um convite irrecusável para os anarquistas, que se apressaram a reivindicar a paternidade destas ideias. Contudo, os socialistas que recusavam o reformismo dos seus partidos defenderam igualmente que o Sindicalismo Revolucionário era o “herdeiro oficial do socialismo”²³ que, em última instância, baseia a sua doutrina no conceito de luta de classes.

Será, porventura, o modelo organizativo do Sindicalismo Revolucionário, baseado no ideal de sociedade almejada, um dos seus traços distintivos. A autonomia das federações no seio da CGT, dos sindicatos nas federações e dos sindicatos nos sindicatos, por oposição ao carácter autoritário das instituições burguesas, seria uma escola e uma prova da possibilidade de conciliar a liberdade individual com a

²¹ Victor Griffuelhes, *A acção sindicalista*, p. 5-12.

²² Victor Griffuelhes, *op. cit.*, p. 15-18.

²³ Arturo Labriola, *O sindicalismo e o socialismo em Itália*, in Lagardelle, p. 22.

solidariedade e a acção colectiva. A eficácia de que este modelo deu provas no início do século XX veio reforçar a convicção dos militantes.

A tática apregoada é uma segunda impressão digital do Sindicalismo Revolucionário – a greve, o boicote, a sabotagem e a propaganda da greve geral insurreccional. A greve geral substituiu-se à revolução política tal como a greve quotidiana se substituiu à intervenção parlamentar.

A DIFUSÃO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Na alvorada do século XX, a corrente revolucionária conquistará a direcção da CGT francesa e as suas ideias atravessarão fronteiras e oceanos. Nas primeiras décadas do século XX, o *Sindicalismo Revolucionário* inspirará o NAS na Holanda, a FAUD na Alemanha, a FORA na Argentina, a IWW nos Estados Unidos, a SAC na Suécia, a CNT em Espanha, a USI e depois a UIL em Itália, a Casa del Obrero Mundial no México, a OBU no Canadá, entre outras²⁴.

Os meios de difusão destes postulados foram tão variados quanto eficazes. Os dirigentes do movimento operário trocavam entre si correspondência assídua, que incluía muitas vezes artigos doutrinários destinados à publicação além-fronteiras. Os mesmos autores explanavam as suas ideias em jornais e revistas de diferentes nacionalidades. É assim que o propagandista português Emílio Costa, após ter participado em *Les Temps Nouveaux* e assistido à própria conceptualização do Sindicalismo Revolucionário em França, irá enunciar na imprensa portuguesa os novos axiomas.

A tradução dos textos essenciais desta doutrina, realizada pelos intelectuais solidários com a luta dos trabalhadores, será igualmente um importante veículo de difusão. Emílio Costa traduzirá para português as principais obras teóricas do Sindicalismo Revolucionário, publicadas pela *Bibliothèque du Mouvement Socialiste*.²⁵ O seu correligionário e compatriota Neno Vasco desempenhará igualmente um papel fundamental no Brasil, na tradução de textos sobre o novo sindicalismo francês.

A mobilidade física destes propagandistas contribuía igualmente para a divulgação dos novos postulados. A emigração foi um dos principais factores de convergência ideológica nos diferentes meios sindicais. Os activistas que viajavam entre milhares de trabalhadores

²⁴ Marcel van der Linden e Wayne Rhorpe, *Auge y decadencia del sindicalismo revolucionario*. *História Social*, n. 12, p. 8-9, 1992.

²⁵ Joana Dias Pereira, *O sindicalismo revolucionário: a história der uma Idéa*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FCSH, UNL, 2008, p. 34.

forçados pelo desemprego a abandonar o seu país levavam ideias nas suas bagagens. À emigração juntava-se o exílio, a deportação ou a fuga à repressão policial. É assim que se reúnem em torno de *O Amigo do Povo*, editado em São Paulo desde 19 de Abril de 1902²⁶, destacados activistas de diversas nacionalidades: Neno Vasco, Benjamim Mota, Giulio Sorelli, entre outros²⁷.

Os militantes viajavam ainda para se fazerem representar nos congressos internacionais de classe. É de destacar que foi exactamente quando o tipógrafo Augusto César dos Santos regressou do V Congresso Internacional Tipográfico, em 1907, que as notícias das vitórias dos operários franceses vieram determinar uma nova esperança nos meios sindicais portugueses. Não será por acaso que o primeiro periódico sindicalista – *A Greve* – será obra de cinco tipógrafos.

Anos mais tarde, o Congresso Pró-Paz em Ferrol, que, não obstante a proibição governamental, reuniu em Espanha militantes portugueses, espanhóis, brasileiros, entre outros, terá contribuído, igualmente, para a orientação anti-intervencionista das organizações sindicais destes países.

Aurélio Quintanilha, por exemplo, após representar as Juventudes Sindicalistas portuguesas e francesas na dita reunião internacional, realizou conferências por todo o país, apelando à propaganda contra a guerra. Os activistas brasileiros regressados de Ferrol iriam organizar o Congresso Internacional da Paz, realizado de 14 a 16 de Outubro de 1915, no Rio de Janeiro.²⁸

É de realçar, finalmente, a solidariedade internacional como mais um meio de circulação de ideias. Por exemplo, quando Francisco Ferrer, acusado de liderar o grande movimento grevista de 1909, foi capturado e condenado à morte pelas autoridades espanholas, apelos à sua libertação inundaram toda a imprensa operária do mundo ocidental. Os trabalhadores tiveram então contacto com os princípios da escola moderna, mas também com a ideia de greve geral revolucionária que os catalães tentaram pôr em prática na *Semana Trágica*.

Resta sublinhar que as notícias destas greves, como a da Catalunha em 1909 ou a de Parma de 1908, pelo impacto que tiveram na sociedade reflectindo a verdadeira força do operariado organizado,

²⁶ Alexandre Samis, *Minha pátria é o mundo inteiro*. Lisboa: Letra Livre, 2009. p. 154.

²⁷ Teresinha Edilene Toledo, *O Amigo do Povo*: grupos de afinidades e a propaganda anarquista em S. Paulo nos primeiros anos deste século. Dissertação [Mestrado] – Departamento de História, IFCH, Unicamp, 1993. Várias páginas.

²⁸ João Daniel Dorneles Ramos. O movimento anarquista em Pelotas (1890-1930). *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, 25-27 de Abril de 2007, UFSC, Florianópolis. p. 406.

foram a forma mais eficaz, não só de difusão mas de apreensão da relevância do postulado da acção directa.

Em suma, os meios de difusão do sindicalismo revolucionário não se distinguiram formalmente dos meios das restantes doutrinas sociais – a correspondência, a imprensa doutrinária, a emigração, associada ou não ao exílio e à deportação, a participação em congressos, a solidariedade. Todavia, o sindicalismo revolucionário beneficiou de uma excepcionalmente rápida e eficaz divulgação, bem como uma generalizada aceitação entre os trabalhadores. Calcula-se que tenha sido a sua componente flexível e agregadora de diferentes sensibilidades que terá determinado este êxito.

De facto, o programa mínimo que os sindicalistas apresentavam ao operariado era facilmente apreensível e aceitável por qualquer um que desejasse melhorar as suas condições de vida, bem como por aqueles que desejassem mudar a feição do planeta, já que não negava as reformas imediatas, desde que conquistadas sem intermediários, nem a radical transformação da sociedade. Esta ocorreria quando, após inúmeras conquistas parciais, o operariado tomaria consciência do seu papel social decretando a greve geral insurreccional, data em que os meios de produção passariam a ser geridos pelas associações de classe.

Por outro lado, o principal objectivo desta doutrina, desde a sua conceptualização, fora a convergência de todos os trabalhadores nas associações de classe. A universalidade dos seus postulados tornava-os aceites por anarquistas, alguns socialistas, trabalhadores apolíticos, bem como por franceses, portugueses, brasileiros, etc.

Em Portugal o Sindicalismo Revolucionário hegemonizou o movimento operário entre cerca de 1908 e 1922, sendo responsável pela organização do 1º e do 2º congressos sindicalistas, de 1909 e 1911 (período em que os sindicatos ainda se encontram divididos entre revolucionários e reformistas). Posteriormente, sob o signo da independência sindical, tiveram lugar o 1º e o 2º Congressos Operários Nacionais de 1914 e 1919. Neste último a ala revolucionária já hegemonizava praticamente todo o movimento.

No Brasil, a ala revolucionária lidera o 1º, o 2º, e o 3º congressos operários brasileiros, em 1906, 1913 e 1920. Em 1912, porém, assiste-se à realização de um congresso, designado de «governista», convocado pelos socialistas com o apoio de Hermes da Fonseca.²⁹

²⁹ Lúgia Maria Osório Silva, *Movimento sindical operário na Primeira República*. Dissertação [Mestrado], Departamento de História, IFCH, Unicamp, 1977. p. 66ss.

O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E A CONJUNTURA HISTÓRICA QUE O ENQUADRA EM PORTUGAL E NO BRASIL

A conjuntura em que o sindicalismo assume um cariz revolucionário em Portugal e no Brasil coincide com o período histórico balizado pela recessão económica dos finais do século XIX e o seu trágico desfecho – a crise do sistema liberal e a imposição do autoritarismo. Neste período, em ambos os contextos nacionais, assiste-se às primeiras experiências democráticas, designadas de Primeiras Repúblicas. Contemporaneamente, a classe operária emerge como novo protagonista social, opondo-se aos pilares do regime vigente – o capitalismo, o parlamentarismo e o domínio burguês.

Desde meados do século XIX que as suas associações de classe crescem em número de associados, dirigidos por socialistas que lhes conferiam um carácter reformista. Na alvorada do século XX, o seu movimento muda de feição, adoptando paulatinamente a acção directa contra o patronato como única forma de fazer frente ao crescente aumento da carestia de vida, que caracteriza todo este período.

As greves gerais da indústria têxtil em 1903 constituem um marco no movimento operário quer em Portugal quer no Brasil. De facto, no mesmo ano deflagram em ambos os países as duas primeiras grandes greves do século XX. A primeira chegou a envolver 30.000 grevistas no Porto.³⁰ A segunda inicia-se numa fábrica de tecidos carioca, mas estende-se a todo o sector têxtil, prolongando-se por 20 dias.³¹

O académico anarquista Campos Lima, ao referir-se à greve dos tecelões do Porto, bem como à greve geral de Coimbra ocorrida no mesmo ano, defende que estas constituíram “acima de tudo, um decisivo argumento contra os que dizem que a greve revolucionária (...) é impossível, porque supõem uma consciência e uma solidariedade que os operários nunca poderão atingir”³².

No entanto, a eficácia da nova táctica irá transformar radicalmente o movimento dos trabalhadores, atraindo anarquistas, radicalizando socialistas e, sobretudo, transformando as velhas associações de classe em sindicatos modernos. Estes mobilizarão as massas operárias em movimentos conscientes e solidários que abalarão as sociedades portuguesas e brasileira.

No contexto português, em vésperas do 5 de Outubro de 1910, o

³⁰ Joana Dias Pereira, *O sindicalismo revolucionário: a história der uma Idéa*. p. 29ss.

³¹ Lígia Maria Osório Silva, *Movimento sindical operário na Primeira República*. p. 82.

³² Campos Lima, *O movimento operário em Portugal*, cit. por Joana Dias Pereira, *O sindicalismo revolucionário: a história der uma Idéa*. p. 29ss.

Partido Socialista Português (PSP) procurava restabelecer a sua hegemonia no movimento sindical, esperançado de que a revolução política finalmente lhe concedesse a oportunidade de reformar o Estado capitalista. Todavia, os sindicalistas revolucionários, apoiados por anarquistas operários e por alguns socialistas possibilistas, abandonaram o congresso reformista de Julho de 1909, para criar o germe do sindicalismo revolucionário português, no 1º Congresso Sindicalista e Cooperativista de 1909.

Do outro lado do Atlântico, não foi apenas a revolução política que antecedeu a portuguesa. A oficialização do sindicalismo revolucionário também já se concretizara no “Primeiro Congresso Operário Brasileiro”, de 1906, no Rio de Janeiro. Ambas as assembleias magnas reflectirão a difusão dos novos postulados franceses.³³

De facto, as teses resultantes destas duas reuniões magnas encontram inúmeros paralelos, para não dizer parágrafos exactamente iguais. Em ambas é sublinhada a neutralidade política das associações de classe e a necessidade da acção directa. A constituição orgânica das centrais sindicais projectadas também é semelhante – autonomia das federações na confederação, dos sindicatos na federação e dos sindicados nos sindicatos.³⁴

Não obstante o carácter apolítico da nova doutrina sindicalista revolucionária, a sua disseminação em paralelo com a revolução política que muitos países sofreram naquele período, entre eles Portugal e o Brasil, não terá sido coincidência. Os seus dirigentes, conscientes de que a república burguesa não alteraria as condições materiais de existência do proletariado, não deixaram de aproveitar as novas liberdades democráticas que ofereceriam um alargado campo de agitação e propaganda.

Por outro lado, a posterior repressão levada a cabo pelos governos republicanos, em ambos os contextos nacionais, contribuirá para que a corrente revolucionária do sindicalismo, apelando para a acção directa em detrimento da intermediação política, alargue exponencialmente o seu campo de influência.

Quer em Portugal, quer no Brasil, ao contrário por exemplo da Itália, onde o sindicalismo revolucionário foi posto em prática por socialistas, foram os libertários os seus principais defensores. Curiosamente, um dos grandes divulgadores destas ideias em ambos os países foi Neno Vasco,

³³ Edilene Teresinha Toledo, *O sindicalismo revolucionário em S. Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo*. Tese [Doutorado], Departamento de História, IFCH, Unicamp, 2002. p. 306ss.

³⁴ Lígia Maria Osório Silva, *Movimento sindical operário na Primeira República*. Dissertação [Mestrado], Departamento de História, IFCH, Unicamp, 1977. p. 66ss.

português que repartiu a sua vida entre os dois continentes.

Este acrata encontra-se entre aqueles que sempre defenderam o papel dos sindicatos na transformação da sociedade, considerando as organizações próprias da classe operária como locais privilegiados de actuação dos anarquistas.

Todavia, os libertários dividiam-se quanto à interpretação e aceitação do ideário sindicalista. Os individualistas recusaram desde o primeiro momento a sujeição à vontade colectiva, mas os anarquistas-comunistas, da escola de Kropotkine e Malatesta, aceitaram de bom grado o convite de Pellotier na viragem do século para que ingressassem sem demora nas associações de classe.

Este último, em conjunto com Monatte, integrava a direcção da CGT francesa e assinou a famosa *Carta de Amiens* de 1906, que sintetizava os princípios de autonomia sindical e unidades de todos os trabalhadores, independentemente de ideologias políticas ou credos religiosos. Pellotier e Monatte defendiam a neutralidade dos anarquistas nos sindicatos.

No Congresso anarquista de Amesterdão, em 1907, a polémica referente à independência do sindicalismo desenvolver-se-á entre estes e Errico Malatesta, que repudiava a ideia de que “o sindicalismo se bastava a si próprio”, muito embora defendesse a actuação libertária no movimento sindical.

Ora, em 1913, esta polémica povoará a imprensa operária portuguesa e brasileira pela pena de Neno Vasco. No Brasil insurge-se contra João Crispim, da Federação Operária de Santos, por este entender que os sindicatos deveriam ter como fim o «comunismo-anarquista»³⁵. Em Portugal apoia Emílio Costa contra as pretensões dos sindicalistas puros de eleger o sindicalismo a doutrina social independente, negando de alguma forma a utilidade da anarquia.³⁶ No fundo, estava no centro da controvérsia em que se viam enleados os anarquistas.

Todavia, com a deflagração da Primeira Grande Guerra as divergências entre os anarquistas passarão a centrar-se na questão do intervencionismo. Na data, o debate internacional será liderado por Kropotkine, que defende o apoio aos aliados, e Malatesta, que se mantém intransigentemente contra a guerra imperialista.³⁷

Como face ao regime político, o Sindicalismo Revolucionário tinha uma orientação referente às tendências militaristas que havia muito assolavam a Europa. A moção votada no congresso da CGT de 1908, em Marselha, perante a ameaça de conflagração, vem oficializar a

³⁵ Alexandre Samis, *Minha pátria é o mundo inteiro*, p. 339.

³⁶ Joana Dias Pereira, *O sindicalismo revolucionário: a história der uma Idéa*, p. 15.

³⁷ Joana Dias Pereira, op. cit., p. 93.

mesma. O reforço dos exércitos tinha como objectivo reprimir ou substituir os trabalhadores em greve. A ameaça de guerra constituía apenas uma manobra da burguesia, tendente a perpetuar o seu domínio, à qual a classe operária responderá com a greve geral.³⁸

O operariado, contra as expectativas dos seus dirigentes, não se recusou a pegar em armas e em breve, ao lado dos partidos reformistas, muitos sindicalistas, inclusive a própria CGT francesa, apoiaram a política belicista dos seus governos. Nos meios operários português e brasileiro, todavia, o antimilitarismo manteve-se hegemónico. Quer o II Congresso Operário Brasileiro de 1913, quer a União Operária Nacional portuguesa, declaram *Guerra à Guerra*.³⁹ Como já foi referido, representantes da UON e da COB participaram no Congresso Pró-Paz de Ferrol e lideraram a campanha anti-intervencionista nos seus países.⁴⁰

Em Portugal são comuns nos relatórios sobre a mobilização, as referências a «papelinhos» apelando à insubordinação e à deserção. No Brasil, não obstante se tenha concretizado a intervenção do Brasil na Guerra, o operariado organizado manifestou-se exuberantemente contra a política belicista.

A repressão governamental, legitimada pelo militarismo, bem como as depauperantes condições económicas para as quais os trabalhadores foram empurrados pela conflagração, terão determinado um refluxo do movimento reivindicativo, em ambos os países, nos primeiros anos da guerra.

No entanto, em 1917 tem início uma segunda grande onda grevista, que assumiu em diversos contextos nacionais um carácter revolucionário – um dos mais relevantes sintomas do longo processo

³⁸ “O congresso confederal de Marselha, recordando e preconizando a decisão de Amiens; considerando que o exército tende cada vez mais a substituir na oficina, no campo e no atelier o trabalhador em greve, quando não lhe é confiado o papel de fuzilar; considerando que o exercício do direito à greve não será senão uma ilusão enquanto os soldados substituírem a mão-de-obra civil e consentirem em massacrar os trabalhadores, o congresso mantendo-se no terreno puramente económico, preconiza a instrução da mocidade para que, no dia em que seja chamada ao exército, esteja convicta que continua a fazer parte da família operária, e que nos conflitos entre capital e trabalho tem o dever de não fazer uso da força das armas contra os seus irmãos.

Considerando, que, por consequência, toda a guerra não é mais que um atentado contra a classe operária, que é um meio terrível e sanguinolento de protelar as suas reivindicações, o congresso declara que é necessário sob o ponto de vista internacional, instruir os trabalhadores, a fim de que, no caso de guerra com as potências, respondam à guerra com uma declaração de greve geral revolucionária” (“Vida social: França”, *A Sementeira*, Set. 1908, p. 15).

³⁹ Alexandre Samis, *Minha pátria é o mundo inteiro*, p. 336ss.; Joana Dias Pereira, *O sindicalismo revolucionário: a história der uma Idéa*, p. 91ss.

⁴⁰ Hélio de Lena Júnior, *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário (1917 - 1922)*, p. 96; Joana Dias Pereira, *O sindicalismo revolucionário: a história der uma Idéa*, p. 91ss.

histórico que enquadrou a formação da classe operária. Muito embora se encontrem paralelos entre a onda pós-1917 e a antecessora (1910 - 1913), esta última, quer do ponto de vista quantitativo, quer do qualitativo, insere especificidades únicas que a distinguem de todos os outros movimentos grevistas do século XX.

Os dados estatísticos oferecidos por estudos comparativos, como o lançado em 1982 pela Maison des Sciences de l'Homme, reflectem o surgimento deste movimento grevista numa escala mundial, abarcando todos os continentes. Estes mostram também que na maioria dos países o número de greves foi excedido em comparação com a onda antes da guerra (1910-13), assim como o número de grevistas, a abrangência das greves, a coesão e o poder do movimento⁴¹.

Nos contextos nacionais em análise, o período entre 1917 e 1920 registará o auge da influência revolucionária no movimento operário, bem como uma agitação grevista inédita⁴². Nesta fase, mesmo as classes tradicionalmente reformistas, como os ferroviários, adoptam a acção directa, e são responsáveis inclusive pelas mobilizações de maior impacto.⁴³

No auge da ofensiva operária do pós-guerra, os dois países assistem a um movimento reivindicativo sem precedentes, no qual se destacam as greves de 1917, em Lisboa e São Paulo, durante as quais foi necessário declarar o Estado de Sítio, bem como a greve geral de 18 de Novembro de 1918, organizada em paralelo nos dois lados do Atlântico. A greve esperava-se revolucionária em Portugal; no Brasil planeava-se a tomada do Palácio do Governo e das unidades militares.⁴⁴

Nos meses que antecederam esta acção, o estado de espírito nos dois países parece ter sido muito semelhante. Astrojildo Pereira, em *A Aura Renovadora*, relata:

Não só no Rio se verifica, actualmente, este promissor reerguimento das energias proletárias. Pelos estados fora, principalmente, como é natural,

⁴¹ Robert Evzerov, Iulii P. Mador, Timur T. Timofeev, *Strike movement in Western countries after the October revolution of 1917*, 1992, p. 533-545.

⁴² De acordo com o levantamento parcial feito por Edgar Rodrigues, “cento e onze greves operárias foram realizadas no Brasil republicano, entre 1900–10; e 258, no período de 1910–20”. O pesquisador exclui a conjuntura 1917–18. No entanto, Bóris Fausto, pesquisando somente os anos 1917-1920 e com registos referentes a São Paulo (capital e interior) e Rio de Janeiro (Distrito Federal) levantou a ocorrência de mais de 200 greves operárias, envolvendo, somente nos casos em que este dado era disponível, a participação directa de cerca de 300 mil trabalhadores. (Cristina Hebling Campos, *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação [Mestrado], Unicamp, 1983, p. 42-43).

⁴³ Cristina Hebling Campos, *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*, p. 31ss.

⁴⁴ Cristina Hebling Campos, op. cit., p. 51.

nas cidades mais industriosas, vai a classe operária reforçando-se nas organizações de classe, sistemáticas e solidárias. Movimento e agitações se manifestam, aqui e ali, demonstrando vitalidade e consciência. [...] Enfim: há que rejubilar-se ante a aura fecunda que perpassa, de norte a sul, pela massa proletária do Brasil...

Em Portugal, *A Greve*, órgão da UON, refere:

reina uma agitação operária como não há memória. Uma após outra, todas as classes se lançam na greve. É a fome, a pressão económica fazendo sentir os seus terríveis efeitos; os famintos, protestando clamorosamente, realizando movimentos em que não aparecem amarelos.

Astrojildo profetiza: “A grande hora se aproxima, amigos”⁴⁵. *A Greve* completa: “E nós, ao vermos despontar lá longe, esse sol radioso e bom, bradamos: Viva a revolução social iniciada na Rússia! Abaixo todos os governos burgueses!”⁴⁶

Na data, o operariado português e brasileiro estava de facto esperançado na revolução social. Não obstante o papel dos libertários em ambos os movimentos, os bolcheviques mereciam a admiração e o apoio incondicional dos trabalhadores, principalmente enquanto eram combatidos pelos imperialistas, responsáveis pela tragédia da grande guerra.⁴⁷ No 1º de Maio de 1919, juntaram-se 30 mil operários em Lisboa, 20 mil em São Paulo e 60 mil no Rio de Janeiro – a revolução a oriente foi saudada em todos os comícios.

Nesse ano foi fundada a Federação Maximalista Portuguesa e o seu órgão *A Bandeira Vermelha*, o «Partido Comunista do Brasil» de 1919 e o seu porta-voz oficial, *Spartacus*, e outras organizações regionais, tais como a União Maximalista de Porto Alegre⁴⁸. Tratava-se, porém, de organizações lideradas por anarquistas empolgados com a Revolução Russa.⁴⁹

⁴⁵ Astrojildo Pereira. *Aura renovadora. Crônica Subversiva*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 3, 21 Set. 1918, cit. por Hélio de Lena Júnior, *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário* (1917 - 1922), p. 61.

⁴⁶ A agitação operária. *A Greve*, 3 mar. 1918, p. 1.

⁴⁷ Frederico Duarte Bartz, “Operários, soldados e camponeses: o seu dia se aproxima!”: a Revolução Russa no jornal *A Luta* de Porto Alegre em 1918. Comunicação apresentada nas IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho. *A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil*. Disponível em:

<<http://ich.ufpel.edu.br/ndh/IVJornadaGTMundosdoTrabalho/comunicacoes.html>>

⁴⁸ Emerson Lopes Brotto, *Revisitando o PCB – uma visão a partir do Norte do Rio Grande do Sul* (1922-1948). Dissertação [Mestrado em História Regional], PPG História, Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 47.

⁴⁹ Hélio de Lena Júnior, *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário* (1917-1922), p. 75.

A esperança determinada pela vitória dos bolcheviques funcionou principalmente como um catalisador do movimento reivindicativo. Em 1919, os operários portugueses e brasileiros conquistavam as oito horas de trabalho e aumentos salariais. Por um curto período o patronato não teve capacidade de resposta à dinâmica sindical e foi obrigado a ceder.

Todavia, os industriais reagiriam à organização do operariado, dinamizando as suas próprias organizações. O embate directo entre operariado e patronato, tal qual o sindicalismo revolucionário preconizava, revelou-se cruamente nos anos seguintes, observando um ataque directo das associações patronais às operárias.

Em Maio de 1919, Alfredo da Silva despede os promotores da associação de classe da CUF, uma das mais significativas unidades industriais portuguesas. Em Março de 1920, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Brasil proíbe a cobrança de cotas das comissões sindicais nas suas fábricas.⁵⁰ Em ambos os casos este foi apenas o começo de uma violenta reacção patronal contra o movimento operário, apoiada com uma repressão governamental inaudita.

As más notícias também atravessavam oceanos. Não será por acaso que o 3º Congresso Operário Brasileiro irá aprovar moções de repúdio à repressão contra os trabalhadores da Espanha e de Portugal.⁵¹

O refluxo do movimento grevista foi acompanhado do recrudescimento das divergências no plano ideológico. Na imprensa operária, os anarquistas iniciam o combate aos postulados leninistas, particularmente à ditadura do proletariado. Em Portugal, *A Batalha* publica infundáveis debates sobre o tema; no Brasil a história repete-se.⁵²

Compreende-se que, manifestas as limitações da acção directa contra o patronato e o Estado, durante as greves de 1920, muitos militantes comesçassem a ver na intervenção política uma alternativa. A aceitação da concepção de partido de vanguarda leninista poderá explicar-se desta forma. O que é facto é que em 1921 é fundado o PCP e em 1922 o PCB.

É nessa data que os sindicalistas revolucionários, que haviam sido *compagnons de route* dos libertários no último quartel de século, têm de escolher entre estes e a nova esperança de vitória oferecida pelos bolcheviques.

Em países como Portugal e o Brasil, onde os Partidos Socialistas se haviam afastado das massas trabalhadoras, ao contrário do que

⁵⁰ Cristina Hebling Campos, *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*, p. 56ss.

⁵¹ Hélio de Lena Júnior, op. cit., p. 45.

⁵² Cristina Hebling Campos, op. cit., p. 130.

aconteceu em praticamente todos os países europeus, bem como em alguns americanos como a Argentina e o Uruguai, os partidos comunistas surgem não da cisão entre os social-democratas, mas da opção de uma boa parte dos sindicalistas revolucionários.⁵³

A cisão entre aqueles que aderiram ao bolchevismo – no Brasil, Astrojildo Pereira ou Otávio Brandão; em Portugal, Manuel Ribeiro, Carlos Rates, entre outros – e os que se mantiveram arraigados aos postulados libertários – no Brasil, Florentino de Carvalho ou José Oiticica; em Portugal, Emílio Costa, Manuel Joaquim de Sousa, entre outros – provocou a cisão em ambos os movimentos operários.⁵⁴

Tanto os comunistas como os anarquistas, marcados pelo ideário da CGT francesa, continuaram a defender a unidade e a autonomia dos sindicatos “independentemente de diferenças ideológicas e políticas”.⁵⁵ Todavia, nos anos 20, as diferenças entre os antigos companheiros tornaram-se incontornáveis.

Muito embora nos pareça ter sido a crise económica, a reacção patronal e a crescente repressão que extenuaram o movimento sindicalista revolucionário, acratas e bolchevistas acusaram-se mutuamente da desagregação da organização operária contemporânea das Primeiras Repúblicas portuguesa e brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a burguesia europeia impôs o seu regime económico, social e político, destronando progressivamente o feudalismo, a aristocracia e a monarquia, demonstrou aos trabalhadores que a transformação social era realizável.

No século XIX, vários pensadores dividiram-se ao planear a revolução social e diferentes tentativas de concretização foram frustradas – a via parlamentar não logrou a melhoria gradual das condições de vida do operariado; e a Comuna, que prometia transformá-las rápida e radicalmente, foi esmagada.

Estas experiências terão contribuído para a consciencialização dos dirigentes operários face à ineficácia do colaboracionismo e da precipitação revolucionária, compreendendo que só pelo fortalecimento gradual das suas organizações autónomas poderiam atingir os dois

⁵³ Caio Martins Bugiato, O impacto da revolução russa e a fundação do Partido Comunista no Brasil. *História Social*, Campinas, n. 14-15, 2008, p. 149. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/historiasocial/article/viewFile/42/41>

⁵⁴ Hélio de Lena Júnior, *Astrojildo Pereira: um Intransigente Libertário* (1917-1922), p. 131.

⁵⁵ Astrojildo Pereira, citado por Hélio de Lena Júnior, op. cit., p. 137.

objectivos – pequenas regalias a curto prazo e a emancipação no futuro.

As classes trabalhadoras, que em muitos contextos nacionais haviam ajudado a burguesia a tomar o poder, revoltaram-se contra os novos senhores e foram facilmente convencidas a lutar pela sua deposição.

«Os próprios trabalhadores», apoiados por pensadores socialistas e anarquistas, enunciaram nos finais do século os postulados da sua emancipação, opondo a socialização dos meios de produção ao capitalismo, a gestão operária à hegemonia burguesa, o federalismo solidário ao individualismo liberal.

A via insurreccional foi eleita, mas não antes de se criar o germe da nova sociedade no seio do capitalismo. Tal como os representantes da burguesia tinham criado parlamentos em monarquia, os delegados operários criariam a organização sindical, opondo a luta reivindicativa ao debate parlamentar e, posteriormente, a greve geral à revolução política.

Esta dialéctica desenvolveu-se primordialmente em França, onde a revolução burguesa antecederia as dos restantes países. O internacionalismo operário garantiu a difusão destas ideias que tiveram recepção nos contextos sociais em análise exactamente durante a transformação dos seus regimes.

As vantagens da revolução política eram discutíveis e de facto largamente discutidas, contemporaneamente à difusão da *Idéa* em análise. No plano teórico, anarquistas e socialistas não podiam negar o avanço histórico que representava a implantação da República, enquanto os sindicalistas se preocupavam mais com os seus efeitos práticos. Se a democracia política lhes garantiria melhores condições de agitação e propaganda, o republicanismo apresentava-se como uma arma ideológica, bastante sedutora, nas mãos da burguesia.

Todavia, patronato e Estado burguês não tardaram em desmascarar-se. E apesar de os políticos republicanos procurarem enquadrar as classes trabalhadoras no novo regime, o patronato não estava disposto a discutir o seu poder absoluto com os operários, não compactuando com o que, nas palavras de Alfredo da Silva, “nem o seu temperamento, nem a situação que até aqui tem mantido” lhes aconselhava “adoptar em acontecimentos desta ordem: conversas com comissões de trabalho e outras fantasias de ocasião.”⁵⁶

A tensão social instala-se nas velhas e novas repúblicas

⁵⁶ Alfredo da Silva, Acta nº 636 da Sessão Extraordinária dos Conselhos de Administração e Fiscal, Livro 10 do Conselho de Administração da Companhia União Fabril, 6 Dez. 1910, citado por Vanessa de Almeida, *A Greve de Solidariedade na CUF do Barreiro em 1910*, trabalho realizado no âmbito do Mestrado em Antropologia, FCSH, UNL, 2007.

ocidentais e os seus ministérios cedem facilmente aos interesses patronais, fazendo as teses revolucionárias ganhar um sentido incontestável, ao mesmo tempo que a eficácia da acção directa criava a esperança de um desfecho favorável à classe trabalhadora.

A partir de 1912, todavia, em paralelo com o recrudescimento do militarismo em toda a Europa, os governos republicanos acentuam a repressão sobre a corrente revolucionária do sindicalismo, esmagando o movimento, prendendo os dirigentes e proibindo a propaganda. Nas vésperas da conflagração o movimento operário estava visivelmente fragilizado.

A Grande Guerra veio introduzir um novo elemento de distinção no movimento operário, mas desta vez mais classista que doutrinal. De facto, se intelectuais anarquistas e socialistas preteriram os interesses dos trabalhadores em nome das «conquistas civilizacionais» burguesas, foram poucos os dirigentes operários que se deixaram enganar.

Todavia, se numa primeira fase as teses anti-intervencionistas se enquadravam perfeitamente nos postulados obreiristas de Amiens, quando a CGT francesa traiu a causa antiguerrista, foi o anarquismo operário, influenciado directamente por Enrico Malatesta e as alas revolucionárias dos antigos partidos sociais-democratas – a breve trecho transformadas em Partidos Comunistas – que orientaram a luta contra a mobilização.

A Primeira Grande Guerra determinou o fim de um ciclo na história europeia. Desde os princípios do século que as tendências reformistas e revolucionárias coexistiam com dificuldade ou se degladiavam nos partidos e no movimento sindical. Os bolcheviques abriram um novo caminho ao abandonarem as posições dos mencheviques. A conflagração europeia determinou que outras facções seguissem o seu exemplo. A Internacional seria substituída e a luta de classes adoptou para sempre características claramente distintas.

A guerra europeia motivou a falência do Sindicalismo Revolucionário enquanto movimento internacional, tendente a transformar-se num novo paradigma ideológico. Não só porque a greve geral revolucionária que impediria a guerra não teve lugar, mas também porque a inspiradora CGT francesa traiu os seus princípios, à semelhança dos partidos socialistas. Sabemos que a alternativa se constituiu em partidos comunistas, que passaram a assumir a luta de classes em praticamente todo o mundo.

Tem sido sublinhada por diversos autores a originalidade dos processos nacionais em análise, nos quais os Partidos Comunistas foram criados por anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários, em vez de resultarem de cisões nos Partidos Socialistas. De facto, muito embora muitos socialistas tenham aderido ao bolchevismo, não há

dúvida que foi no meio sindical de tendência revolucionária que se formaram os primeiros comunistas portugueses. Mas se neste aspecto os contextos português e brasileiro se singularizam, o que é facto é que, como no resto do mundo, foi a Grande Guerra que alterou por completo a feição do movimento operário.

A guerra houvera transformado os activistas operários, e estas «questões políticas» surgiam agora como incontornáveis para a defesa dos seus interesses e ideais de emancipação. A revolução bolchevique será aplaudida pelas massas operárias, era a paz imposta pelos trabalhadores que todos ansiavam, o garante do progresso social, da derrota da autocracia, mas também da exploração burguesa perpetuada quer pelos regimes autoritários, quer pelas democracias liberais. Os anarquistas não puderam deixar de concordar.

As consequências da guerra e da revolução russa, portanto, vieram reforçar a corrente revolucionária no movimento sindical, apartando definitivamente os parlamentaristas das classes trabalhadoras. Sindicalistas revolucionários e anarquistas uniram esforços no aproveitamento do entusiasmo que se vivia nas hostes proletárias. Por um curto período, todavia. Paradoxalmente, a vitória do proletariado, na revolução bolchevique, veio a dividir ainda mais o movimento operário do que a sua derrota na 1ª Grande Guerra.

No pós-guerra, a corrente sindicalista revolucionária no seio da CGT francesa era encaminhada pela mão de Pierre Monatte – que defendera a independência do Sindicalismo Revolucionário no congresso anarquista de 1907, e se mantivera fiel aos seus princípios, demitindo-se da CGT quando esta cedera ao intervencionismo em 1914 – para uma adaptação peculiar do bolchevismo.

De facto, no congresso de Lille de 1921, esta autoridade no seio da corrente revolucionária defende a adesão à Internacional Sindical Vermelha, confiante que as palavras de Lenine – “Il n'est pas vrai que les Russes imposent aux révolutionnaires des autres pays de copier servilement et fidèlement leur Révolution, et de l'accomplir à leur modèle. Allez plus loin que nous, me disait Lénine, dépassez-nous, faites mieux que nous, mais faites” – garantiam a independência do movimento sindical.⁵⁷

Em Novembro do ano seguinte, após o congresso do Partido Comunista Francês, Monatte volta a esclarecer a posição sindicalista revolucionária face à nova conjuntura criada pela guerra e a revolução russa. Colocando as conquistas revolucionárias do povo russo acima de

⁵⁷ Pierre Monatte, Discours au congrès de Lille de la C.G.T. (30 juil. 1921). In: *Compte-rendu des travaux du XXII^e congrès national corporatif (XVI^e de la C.G.T.)*. Disponível em: http://www.marxists.org/francais/monatte/works/1921/07/monatte_19210730.htm#_ftn3

qualquer divergência doutrinal, os sindicalistas revolucionários continuam a atribuir às associações de classe o papel determinante na luta de classes. Aceitando o auxílio nas novas instituições revolucionárias – os partidos comunistas – mantêm irredutível a sua recusa em relacionar as organizações económicas com as políticas.

Na opinião dos sindicalistas revolucionários, a introdução de uma doutrina estranha ao próprio sindicalismo enfraquece a acção das associações de classe, uma vez que afasta destas organizações de resistência operária os elementos com princípios diferentes, o que acontecera na CGT francesa, quando os anarquistas iniciaram a sua campanha contra a ditadura do proletariado e os métodos da revolução russa.⁵⁸

Foi exactamente o que aconteceu em Portugal e no Brasil. O anarco-sindicalismo português atingira a sua maturidade e rendia o Sindicalismo Revolucionário. Quando a crise revolucionária do pós-guerra começa a esmorecer e a eficácia do sindicalismo é posta em causa por um patronato cada vez mais unido, os anarquistas iniciam a sua batalha ideológica contra a «ameaça leninista», apontando as insuficiências e contradições da doutrina que inspirara o movimento operário desde a alvorada do século XX.

Paralelamente, a evolução do anarquismo operário de Malatesta, com quem Neno Vasco trocava correspondência directa, muitas vezes publicada na imprensa operária, reflecte-se sem dúvida na evolução ideológica do movimento sindical, que é conduzido, de facto, pelos anarco-sindicalistas.

Como já referimos, no congresso anarquista de Amesterdão, em 1907, este anarquista opunha-se já a Monatte, conquistado pela doutrina oficial da CGT francesa, afirmando que “o sindicalismo, mesmo ganhando consistência com o adjectivo revolucionário, só pode ser um movimento legal, movimento que luta contra o capitalismo no meio económico e político que o capitalismo e o Estado lhe impõem. Não tem, portanto, saída, e nada poderá obter de permanente e geral.”⁵⁹

Os ensinamentos da Grande Guerra e da Revolução Russa irão tornar clarividente a sua posição face ao sindicalismo de inspiração francesa. O artigo “Sindicalismo e Anarquismo”, de 1922, encontra muitos pontos comuns com a obra de Neno Vasco, supracitada,

⁵⁸ Pierre Monatte, Declaration after the Paris Congress of the PCF. *Bulletin Communiste*, 9 nov. 1922. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/monatte/1922/declaration.htm>.

⁵⁹ Intervenção de Malatesta no Congresso de Amesterdão. Publicada por *Les Temps Nouveaux* em 1907 e traduzida para português por Fernando A. S. Araújo. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1907/10/05.htm>

nomeadamente na enunciação dos perigos do sindicalismo. Neste, Malatesta lembra os anarquistas, como Monatte, que principalmente em França entraram para o movimento operário com a intenção de propagar as ideias e os métodos libertários entre as massas, foram absorvidos e conquistados pela ideia de que «o sindicalismo se basta a si próprio», e acabaram por renegar o anarquismo. Não deixa de sublinhar que muitos deles traíram conscientemente a causa, abandonando até o sindicalismo, sob o pretexto da «união sagrada».

Por outro lado, o autor procura explicar por que é que o sindicato não pode ser o único motor de transformação social e muito menos o germe da sociedade futura, como desejariam os sindicalistas. No primeiro caso, porque os interesses actuais e imediatos dos operários associados, que o sindicato tem por missão defender, estão, com muita frequência, em contradição com as aspirações ideais e futuras, bem como os interesses de cada classe, de cada categoria, de cada indivíduo, estão em contradição com os de todas as outras classes, categorias e indivíduos.

Desta forma, o movimento operário em si, sem o fermento das ideias revolucionárias, em oposição aos interesses presentes e imediatos dos operários, sem a crítica e o impulso dos revolucionários, longe de conduzir à transformação da sociedade em proveito de todos, tende a fomentar egoísmos de categorias e a criar uma classe de operários privilegiados, acima da grande massa dos deserdados.

No segundo caso, referente à possibilidade de a organização operária desenvolvida no seio do sistema capitalista servir de quadro à sociedade futura, facilitando a passagem do regime burguês para o regime igualitário, Malatesta contraria os próprios escritos de Bakunine, sublinhando que a estruturação das organizações operárias actuais corresponde às condições contemporâneas da vida económica, resultante da evolução histórica da sociedade e da imposição do capitalismo, que a nova sociedade irá destruir, criando novos organismos correspondentes às novas condições e aos novos objectivos sociais.⁶⁰

Para ilustrar os seus argumentos, Malatesta refere inúmeros exemplos concretos, com base na realidade italiana de então. Também Neno Vasco, ao fazer a crítica do Sindicalismo Revolucionário português, aponta os resultados práticos das suas insuficiências no contexto nacional e sublinha os seus perigos.

A época do Sindicalismo Revolucionário estava definitivamente ultrapassada. Aliás, muito embora continuem a defender a unidade do

⁶⁰ Errico Malatesta, Sindicalismo e Anarquismo. *Umanità Nova*, 6 abr. 1922. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/malatesta/1922/04/06.htm>.

movimento operário com base nos princípios de Amiens, a evidência dos acontecimentos transformara as ideias até dos seus mais fiéis defensores.

Tal como no início do século os sucessos dos sindicalistas franceses animaram o operariado internacional, a vitória da revolução soviética trouxe a esperança aos trabalhadores. Os seus dirigentes adoptaram os postulados da CGT francesa, primeiro, e do Partido Bolchevique, depois, por uma razão fundamental – a possibilidade de vitória.

Os anarquistas puros demarcaram-se de uns e outros, sindicalistas e bolchevistas, por não aceitarem que a tática se poderia sobrepor ao ideal. Todavia, houve aqueles que transitaram do anarquismo para o sindicalismo e depois do sindicalismo para o comunismo, como é o caso do descendente de portugueses Astrojildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil.

A sua trajectória, descrita pelo próprio, assemelha-se a tantas outras trajectórias de militantes portugueses e brasileiros:

Em 1908-10 tornei-me anarquista da escola de Kropotkin. Mais tarde, influência de Georges Sorel. Durante a guerra europeia, contra o grupo de Kropotkine-Grave, que era favorável à participação pró-aliados; ao lado de Faure, grupo pacifista. Fui um dos organizadores de um congresso internacional pró-paz que se reuniu no Rio de Janeiro em 1916. Sob a influência da revolução russa de Lenine (1917–1920), abandonei o anarquismo, tornando-me marxista⁶¹.

De facto, em Portugal e no Brasil, muitos dirigentes operários, formados no anarquismo, adoptaram o sindicalismo revolucionário preconizado por Sorel. Na primeira grande guerra tomaram a posição anti-intervencionista e lideraram o movimento contra a guerra nos seus países. Quando Lenine liderou uma revolução vitoriosa, não resistiram a pôr em prática os seus ensinamentos, na ânsia de assistirem finalmente à emancipação dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

AURORA! Porto, ano 1, 3. Série, n. 1, 1910.

BALLON, Pieter. Le mouvement syndicaliste révolutionnaire à Liège pendant l'entre-deux-guerres. *Revue Belge d'Histoire Contemporaine*, n. 28, 1998.

⁶¹ Citado por Hélio de Lena Júnior: *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário* (1917 - 1922), p. 23.

BANDEIRA VERMELHA (A): Órgão da Federação Maximalista Portuguesa, ano 1, n. 1, 15 Maio 1919.

BARTZ, Frederico Duarte. “Operários, soldados e camponeses: o seu dia se aproxima!”: a Revolução Russa no jornal *A Luta* de Porto Alegre em 1918. Comunicação apresentada nas IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho: a Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil. Disponível em: <http://ich.ufpel.edu.br/ndh/IVJornadaGTMundosdoTrabalho/comunicacoes.html>>

BATALHA (A): porta-voz da organização operária portuguesa. Lisboa, ano 1, n. 1, 23 Fev. 1919.

BROTTO, Emerson Lopes. *Revisitando o PCB: uma visão a partir do Norte do Rio Grande do Sul (1922-1948)*. Passo Fundo, 2005. Dissertação [Mestrado em História Regional] – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo.

BUGIATO, Caio Martins. O impacto da revolução russa e a fundação do Partido Comunista no Brasil. *História Social*. Campinas, n. 14-15, p. 149, 2008. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/historiasocial/article/viewFile/42/41>.

CABRAL, Manuel Vilaverde. Situação do operariado nas vésperas da implantação da República. *Análise Social*, v. 13 (50), p. 419-448, 1977.

_____. *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

CAFIERO, Carlo. *Comunismo e anarquia*. Lisboa: Grupo Liberto Germinal, 1911.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: Movimento Operário nos anos de 1917 a 1920*. Campinas, 1983. Dissertação [Mestrado] – Universidade Estadual de Campinas. p. 31ss.

CGT DE FRANÇA. *O dia de oito horas*. Porto: Typ. Peninsular, 1910. (Bibliotheca d'A Vida).

CHALLAYE, Félicien. *O sindicalismo*. Trad. Manuel Ribeiro. Lisboa : Centro Typ. Colonial, 1912.

COMUNA (A): órgão comunista libertário. Porto, ano 1, n. 3, 16 maio 1920 (antigo Quinzenário «A Aurora»).

COSTA, Emílio. *Ação directa e acção legal*. Lisboa: União das Associações de Classe de Lisboa, 1912.

COSTA, Emílio Martins. *Sindicalismo independente*. Lisboa: Seara Nova, 1931.

CRISTO, Francisco Homem (comp. e trad.). *O bolchevismo na Rússia*. Aveiro: Typ. Nacional, 1919.

CRONIN, James. Labor Insurgency and Class Formation. In: CRONIN, James E.; SIRIANNI, Carmen. *Work, Community and Power: the experience of Labor in Europe and America, 1900-1925*. Philadelphia: Temple University Press, 1983. p. 19-48.

DELESALLE, Paul. *A Confederação do Trabalho: história, constituição, fins, meios*. Lisboa: Hilário Marques, 1909.

ELTZBACHER, Paul. *As doutrinas anarquistas*. Trad. de Manuel Ribeiro. Lisboa: Guimarães, 1908.

FABBRI, Luigi. *O sindicalismo*. Lisboa: A. Machado, 1913. (Biblioteca Arquivo Social).

FONSECA, Carlos da. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980.

FREIRE, João. *Anarquistas e operários, ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1988.

GERMINAL. Lisboa, ano 1, n. 1, 1 jan. 1915.

GREVE (A). Lisboa, ano 1, n. 1, 18 abr. 1908. *Diário operário da Manhã Sindicalista*.

GUERRISTAS E ANTIGUERRISTAS: Portugal na Grande Guerra: estudos e documentos. Lisboa: Centro de História da Univ. de Lisboa, 1986. (Cadernos CLIO. Série História Contemporânea de Portugal, 1).

HAMON, Augustin. *A conferência de paz e a sua obra: o que ela foi e o que devia ser*. Trad. Adolfo Lima e Severino Carvalho. Lisboa: Guimarães, 1919.

_____. *A crise do socialismo*. Trad. Adriano Botelho. Lisboa: A Batalha, 1921.

_____. *As lições da guerra mundial*. Trad. Adolfo Lima. Lisboa: Guimarães, 1918.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBAÑES, Jesus. *Conferência sobre o movimento sindicalista e revolucionário internacional, realizada em Lisboa, em 11 de julho de 1922*. Lisboa: Junta das Juventudes Comunistas, 1922.

JULLIARD, Jacques. *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*. Paris: Seuil, 1971.

KATZNELSON, Ira; ZOLBERG, Aristide R. *Working-Class Formation*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

KROPOTKINE, P. *Sindicalismo e parlamentarismo*. Algés: Novos Horizontes, 1913.

LAGARDELLE, Hubert et al. *Sindicalismo e socialismo*. Trad. Emílio Costa. Lisboa: José Bastos & Ca., 1909.

LENA JÚNIOR, Hélio de. *Astrojildo Pereira: um intransigente libertário (1917 - 1922)*. Vassouras, 1999. Dissertação [Mestrado em História Social do Trabalho] – Universidade Severino Sombra.

LEONE, Enrico. *O sindicalismo*. Trad. Manuel de Ribeiro. Lisboa: Guimarães, 1911 (Coleção Sociologia).

LOPES, Maria Filomena Rocha. *O movimento sindical português na transição do*

sindicalismo livre para a formação dos sindicatos nacionais. Lisboa, 2005. Dissertação [Mestrado em História Contemporânea] – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

LUCTA (A). Lisboa, ano 1, n. 1, 1 jan. 1906.

MACHADO, Augusto. *O 1º de Maio e o sindicalismo*. Algés: Novos Horizontes, 1913.

MALATESTA, Henrique. *O que querem os anarquistas: diálogo entre camponeses*. Trad. Neno Vasco. Lisboa: António Ernesto Dias da Silva, 1910.

MARGARIDO, Alfredo. *A introdução do marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães, 1975.

MEDEIROS, Fernando. *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

MENDES, José Amado. Para a história do movimento operário em Coimbra. *Análise Social*, v. 17 (67-68), 1981.

MERLINO, Saverio; SOREL, Georges. *Formas e essências no socialismo*. Trad. João Evangelista Campos Lima. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1909.

MÓNICA, Maria Filomena. *Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal*. Lisboa: ICS, 1986.

_____. *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: IN-CM/IED, 1985.

MOVIMENTO OPERÁRIO (O): boletim da União Operária Nacional. Lisboa, ano 1, n. 1, 29 abr. 1917.

NETTLAU, Max. *A responsabilidade e a solidariedade na luta operária: seus limites actuais e sua extensão possível: relatório lido a 5 de dezembro de 1899 ante o Freedom Discussion Group de Londres*. Lisboa: Lima da Costa, Neno Vasco, 1912.

NOGUEIRA, César. *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português*. Porto: Rev. Pensamento, 1932.

OLIVEIRA, César. *A criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento, 1973.

_____. *O movimento operário em Portugal: a primeira cisão*. Lisboa: Europa-América, 1983.

_____. *Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra 1914-18*. Lisboa: Gab. de Investigações Sociais, 1973.

PATRIARCA, Fátima. A institucionalização do corporativismo – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933). *Análise Social*, v. 26 (110), p. 50, 1991 (1º).

PELLOTIER, Fernand. *A união de sindicatos e a anarquia*. Lisboa: Lima da Costa, Neno Vasco, 1910.

_____. *La vie ouvrière en France*. Paris: Librairie C. Reinwald; François Maspero, 1975. (Bibliothèque Internationale des Sciences Sociologiques).

PELLOUTIER, Fernand; SOREL, Georges. *Histoire des bourses du travail: origine, institutions avenir*. Paris: Schleicher Frères, 1902.

PEREIRA, Pacheco. *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Convergência, 1971.

PEREIRA, Joana Dias. A ofensiva operária. In: ROSAS, Fernando; ROLLO, Fernanda (Coord.). *A Primeira República*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

_____. O sindicalismo revolucionário em Portugal. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/11521>.

_____. O sindicalismo revolucionário na origem do movimento autónomo dos trabalhadores”, *Vértice*. Lisboa, s. 2 (151), maio 2010.

_____. O sindicalismo revolucionário no 1º quartel do século XX. *Estudos do Século XX*. Coimbra: CEISXX, n. 9, 2009.

_____. A liquidação do sindicalismo livre. In: ROSAS, Fernando; GARRIDO, Álvaro. *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*. Lisboa: Almedina, 2011.

_____. *O sindicalismo revolucionário: a história de uma Idéa*. Lisboa, 2008. Dissertação [Mestrado em História Contemporânea] – Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PIERROT, Marc. *Sindicalismo e revolução*. Lisboa: Bertrand, 1910.

POUGET, Émile. *A Associação*. Évora: Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1912.

_____. *Bases do sindicalismo*. Porto: Grupo de Estudos Sociais, 1910.

POUGET, Émile. *A Confederação Geral do Trabalho*. Trad. Emílio Costa. Lisboa: José Bastos, 1909.

PRAT, Joseph; BRIAND, Aristide. *Syndicalismo e greve geral*. Trad. de Ribeiro de Carvalho e Betto Machado. Lisboa: Almeida, Carvalho & Ca., 1913.

QUARTIM, Pinto. *O sindicalismo e os intelectuais*. Rio de Janeiro: Agência Lux, 1921.

QUINTELA, João. *Para a história do movimento comunista em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1976.

RAMOS, João Daniel Dorneles. O movimento anarquista em Pelotas (1890-1930). *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia da UFSC*, Florianópolis, 2007.

RATES, J. Carlos. *A ditadura do proletariado*. Lisboa: Secção Editorial de A Batalha, 1920.

_____. *O problema português: os partidos e o operariado*. Lisboa: Empr. Ed. Popular, 1919.

- RIBEIRO, Manuel. *Na linha de fogo*. Lisboa: A Batalha, 1920.
- RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos: Portugal 1911-1922*. Lisboa: Sementeira, 1981.
- SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria. *Sob o signo da guerra: “verdes” e “vermelhos” no conturbado ano de 1918*. Lisboa, 2001. Dissertação [História dos Séculos XIX e XX, secção do século XX] – Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro*. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- SANTOS, Augusto César dos. *A questão operária e o sindicalismo*. Lisboa: José Bastos & C., 1910.
- SEMENTEIRA (A), ano 1, n. 1, set. 1908.
- SILVA, Lúgia Maria Osório. *Movimento sindical operário na Primeira República*. Campinas, 1977. Dissertação [Mestrado em História] – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SIMÕES, J. M. de Oliveira. *Sindicalistas e anarquistas*. Évora: Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1913.
- SINDICALISTA (O): órgão da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, ano 1, n. 1, 13 nov. 1910.
- SOUSA, Manuel Joaquim de. *O sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974.
- _____. *Relatório do delegado da U. O. N. ao Congresso Internacional Pró-Paz*. Porto: União Operária Nacional, 1915.
- _____. *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*. Lisboa: Antígona, 1989.
- _____. *Sindicalismo e acção direta*. Porto: Typ. Peninsular, 1911.
- TELO, António José. *As associações patronais e o fim da República*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- _____. *Decadência e queda da I República Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- UNIÃO OPERÁRIA: órgão da União Operária Nacional, Central dos Sindicatos Operários Portugueses, ano I, n. 1, 1 maio 1914.
- VALE, José do. *A revolução burguesa e a revolução social*. Lisboa: Bibl. Sociológica, 1911.

VALENTE, Vasco Pulido. *A República Velha: 1910-1917: ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997.

_____. *O movimento sindical português*. Prospectivas: Lisboa, 1980.

VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 2004.

VASCO, Neno. Sindicalismo revolucionário. In: ALMANAQUE DE A AURORA. Porto: Biblioteca do Grupo Aurora Social, 1913. p. 67-77.

_____. *Concepção anarquista do sindicalismo*. Lisboa: A Batalha, 1920.

VENTURA, A.; PEDROSO, A. *Alexandre Vieira: 30 anos de sindicalismo em Portugal*, Lisboa: [s.e.], 1985.

VENTURA, António. *Entre a República e a acracia: o pensamento e a acção de Emílio Costa*. Lisboa: Colibri, 1994.

VIANA, J. M. *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1979. 4v.

VIEIRA, Alexandre. *Delegacia a um congresso sindical*. Lisboa: [s.n.], 1960.

_____. *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919*. Lisboa: Edições Base, 1977.

_____. *Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental*. Lisboa: A. Vieira, 1950.